

O LIVRO DE DANIEL COMO LABORATÓRIO HERMENÊUTICO: HISTÓRIA DA RECEPÇÃO E RECONFIGURAÇÕES DA TEOLOGIA DA HISTÓRIA

Naftali Guerra¹

Resumo: Este artigo examina a história da recepção do livro de Daniel como caso paradigmático para a reflexão hermenêutica cristã, buscando compreender como distintas tradições e contextos reconfiguraram, ao longo do tempo, a relação entre revelação, história e esperança escatológica. Trata-se de pesquisa bibliográfica, analítica, histórico-teológica e hermenêutica, baseada na revisão crítica da literatura e na comparação de paradigmas interpretativos. O referencial teórico articula a teologia contextual de Grenz e Olson, a continuidade dinâmica da tradição em Congar, a historicidade da compreensão em Gadamer e a normatividade do texto em Osborne. A análise reconstrói, em perspectiva diacrônica, a recepção judaica e cristã de Daniel, da antiguidade à contemporaneidade. Sustenta-se que Daniel constitui um laboratório interpretativo exemplar, pois sua história de leitura evidencia tensões entre confissão e crítica, tradição e método. Conclui-se que o texto bíblico deve conservar primazia reguladora e que o método gramático-histórico oferece o horizonte coerente para sua interpretação.

Palavras-chave: Daniel; história da recepção; hermenêutica bíblica; método gramático-histórico.

THE BOOK OF DANIEL AS A HERMENEUTICAL LABORATORY: RECEPTION HISTORY AND RECONFIGURATIONS OF THE THEOLOGY OF HISTORY

¹ Doutorando em Teologia Cristã pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); mestre em Teologia Cristã pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); mestre em Teologia (*intracorpore*) pelo Seminário Adventista Latino-americano de Teologia (Salt-UNIAENE); graduado em teologia pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Atualmente atua como pastor distrital na Associação Paulista Central da Igreja Adventista do Sétimo Dia. E-mail: naftali.guerra@adventistas.org



Abstract: This article examines the reception history of the book of Daniel as a paradigmatic case for Christian hermeneutical reflection. It seeks to understand how different traditions and historical contexts have reconfigured, over time, the relationship between revelation, history, and eschatological hope. Methodologically, the study is bibliographical, analytical, historical-theological, and hermeneutical, drawing on a critical review of specialized scholarship and a comparative analysis of interpretive paradigms. Its theoretical framework brings into dialogue Grenz and Olson's contextual understanding of theology, Congar's notion of the dynamic continuity of tradition, Gadamer's emphasis on the historicity of understanding, and Osborne's defense of the text's normativity. From a diachronic perspective, the article reconstructs the Jewish and Christian reception of Daniel from antiquity to the contemporary period. It argues that Daniel functions as an interpretive laboratory, since its reception history makes visible the tensions between confession and criticism, tradition and method, and historical situatedness and textual normativity. It concludes that the biblical text must retain regulative primacy.

Keywords: Daniel; reception history; biblical hermeneutics; grammatical-historical method.

EL LIBRO DE DANIEL COMO LABORATORIO HERMENÉUTICO: HISTORIA DE LA RECEPCIÓN Y RECONFIGURACIONES DE LA TEOLOGÍA DE LA HISTORIA

Resumen: Este artículo examina la historia de la recepción del libro de Daniel como un caso paradigmático para la reflexión hermenéutica cristiana, con el propósito de comprender cómo distintas tradiciones y contextos reconfiguraron, a lo largo del tiempo, la relación entre revelación, historia y esperanza escatológica. Se trata de una investigación bibliográfica, analítica, histórico-teológica y hermenéutica, basada en la revisión crítica de la literatura y en la comparación de paradigmas interpretativos. El marco teórico articula la teología contextual de Grenz y Olson, la continuidad dinámica de la tradición en Congar, la historicidad de la comprensión en Gadamer y la normatividad del texto en Osborne. El análisis reconstruye, en perspectiva diacrónica, la recepción judía y cristiana de Daniel, desde la Antigüedad hasta la contemporaneidad. Se sostiene que Daniel constituye un laboratorio interpretativo ejemplar, pues su historia de lectura pone de manifiesto tensiones entre confesión y crítica, tradición y método. Se concluye que el texto bíblico debe conservar una primacía reguladora y que el método gramático-histórico ofrece el horizonte coherente para su interpretación.

Palabras clave: Daniel; historia de la recepción; hermenéutica bíblica; método gramático-histórico.



INTRODUÇÃO

O livro de Daniel, pela densidade simbólica de suas visões e pela tensão constitutiva entre história e escatologia, tem suscitado fascínio, controvérsias e releituras sucessivas ao longo de mais de dois milênios. Situado na confluência entre tradição profética e literatura apocalíptica, tornou-se um *locus* privilegiado de interlocução entre fé e razão; revelação e crítica; e tradição e modernidade. Seu itinerário interpretativo evidencia que a teologia, enquanto reflexão da fé no tempo, não se limita a repro duzir o passado, mas se rearticula continuamente na interação entre o dado revelado e os horizontes históricos concretos em que é recebido, interpretado e reaplicado.

O presente estudo adota uma abordagem histórico-teológica e hermenêutica, compreendendo a interpretação bíblica como processo inevitavelmente situado, atravessado por pressupostos epistemológicos, interesses teológicos e condicionamentos culturais. Trata-se de pesquisa bibliográfica e analítica, fundada na revisão crítica da literatura especializada e na análise comparativa dos paradigmas interpretativos que marcaram a leitura de Daniel ao longo do tempo.

O objetivo não é oferecer uma solução exegética exaustiva e definitiva para os impasses relativos à autoria, à datação ou ao alcance das visões, mas reconstruir, em perspectiva diacrônica, como distintas comunidades e tradições interpretativas compreenderam Daniel e como tais leituras, em tensão com seus respectivos contextos, reconfiguraram a relação entre história, revelação e esperança escatológica. Ao mesmo tempo, a investigação não se limita ao levantamento descritivo de posições, mas procura explicitar as implicações hermenêuticas e epistemológicas desse percurso, especialmente no que diz respeito à questão da normatividade do sentido e aos critérios pelos quais leituras concorrentes podem ser avaliadas no interior da tradição cristã.²

² A expressão “normatividade do sentido”, embora a terminologia não seja padronizada na tradição hermenêutica e não corresponda a um conceito técnico formulado de modo explícito por um único autor, é aqui empregada como categoria operativa para designar a função reguladora do sentido textual no processo interpretativo. Tal normatividade não é concebida de forma unívoca, podendo assumir configurações distintas conforme o referencial teórico adotado. Na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer, por exemplo, ela não se configura como primazia unilateral do texto sobre o intérprete, mas como uma dinâmica relacional na qual ambos participam da constituição do significado. Por meio da “fusão de horizontes”, o sentido emerge no encontro entre a tradição incorporada no texto e a situação histórica do intérprete, de modo que a autoridade do texto se exerce não como imposição, mas como mediação no interior do processo hermenêutico, assumindo, assim, caráter dialógico e histórico (Gadamer, 2002). Em contraste, em abordagens de matriz histórico-gramatical, ainda que metodologicamente ampliadas, como a proposta de Osborne, a normatividade do sentido encontra-se ancorada prioritariamente no sentido original pretendido pelo autor em seu contexto histórico, funcionando como critério regulador das interpretações legítimas



Embora haja vasta produção sobre autoria, datação e modelos escatológicos, a história da recepção de Daniel, tratada como categoria histórico-teológica capaz de iluminar transformações hermenêuticas mais amplas, permanece frequentemente menos sistematizada.³ Em resposta a essa lacuna, este artigo propõe uma reconstrução diacrônica articulada a uma reflexão metodológica, com o objetivo de identificar ganhos e limites dos principais paradigmas interpretativos e de delinear critérios para uma leitura que articule, de modo equilibrado, a primazia do texto, a mediação histórica e a responsabilidade teológica.

O artigo organiza-se em introdução, três seções e considerações finais. Após esta introdução, a primeira seção apresenta o referencial teórico e a contextualização hermenêutica, com ênfase na polaridade entre profecia preditiva e composição situada; a segunda seção reconstrói o itinerário interpretativo do livro, da recepção judaico-cristã primitiva às abordagens críticas e literárias contemporâneas, evidenciando deslocamentos na forma como o texto foi interpretado no fluxo da história; a terceira seção examina as implicações hermenêuticas e epistemológicas desse percurso e propõe um encaminhamento metodológico que articule primazia do texto bíblico, consideração responsável de sua mediação histórica e preservação de sua densidade teológica; por fim, as considerações finais sintetizam os resultados e indica a relevância de Daniel como testemunho privilegiado das transformações hermenêuticas da teologia cristã, reiterando que não há leitura neutra: toda interpretação emerge de perguntas contextuais e opera a partir de pressupostos explícitos ou implícitos que orientam os critérios de leitura em cada época. Justamente por isso, a investigação conduz a duas questões decisivas: onde reside a normatividade do sentido — questão que se revela, ao longo da tradição, como objeto de disputa hermenêutica — e como preservar, no interior da historicidade da compreensão, a alteridade teológica do texto bíblico. Nesse horizonte, Daniel se impõe

(Osborne, 2009). A utilização do termo neste estudo visa, portanto, articular essas diferentes perspectivas sob uma mesma chave analítica, reconhecendo tanto a mediação histórica da compreensão quanto a necessidade de critérios que delimitem o campo interpretativo.

³ A literatura especializada sobre o livro de Daniel concentra-se majoritariamente em questões de autoria, datação e estrutura apocalíptica, conforme exemplificado por estudos de referência no âmbito histórico-crítico (Collins; Collins, 1993; Goldingay, 1989; Hartman; Di Lella, 2008). Embora tais obras ocasionalmente façam menção à tradição interpretativa do texto, não desenvolvem de modo sistemático a história da recepção como categoria metodológica. Em contraste, em outros campos da exegese bíblica, essa abordagem tem sido mais amplamente explorada, como se observa nos trabalhos de Ulrich Luz sobre o Evangelho de Mateus (Luz, 1994). Essa assimetria sugere que, no âmbito dos estudos daniélicos, a recepção permanece frequentemente tratada de forma marginal ou implícita, carecendo de maior sistematização teórico-metodológica.



não apenas como objeto de controvérsia exegética, mas como testemunho singular de uma teologia da história na qual a revelação divina continua a interpelar, julgar e orientar a leitura da realidade.

REFERENCIAL TEÓRICO E BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise proposta fundamenta-se na concepção teológica formulada por Grenz e Olson (2003, p. 7), segundo a qual a teologia consiste na reflexão intelectual sobre o ato, o conteúdo e as implicações da fé cristã. Trata-se, portanto, de uma disciplina intrinsecamente contextual, que descreve e interpreta a fé no interior de horizontes históricos e culturais determinados. Essa dimensão histórico-contextual, contudo, não implica ruptura com o núcleo da fé: embora o compromisso com o Deus triúno revelado em Cristo permaneça inalterável, sua confissão é continuamente articulada em um mundo em permanente transformação.

Nesse quadro, Grenz e Olson (2003, p. 7) compreendem a teologia como movimento entre três polos fundamentais: o evangelho bíblico, a tradição da Igreja e as formas de pensamento do mundo contemporâneo. Tal modelo, ao reconhecer a tensão entre permanência e atualização, fornece o alicerce epistemológico deste estudo, permitindo compreender a interpretação bíblica como tarefa histórica, marcada por mediações e disputas de sentido.

Na mesma direção, Congar (1972, p. 284) reforça a necessidade de renovação contínua da expressão da fé, sustentando que, embora o núcleo doutrinário permaneça, sua formulação histórica é constantemente reelaborada, na medida em que, para ele, o Espírito “renova sem cessar o dado”, sem, contudo, “criar um outro substancialmente diferente”. Essa perspectiva, ao articular continuidade e transformação, oferece a moldura hermenêutica da presente abordagem, orientando a leitura do livro de Daniel à luz de sua recepção: a investigação não busca apenas reconstituir interpretações sucessivas, mas observar como ao longo da história a própria normatividade do sentido foi compreendida. Ora como ancorada no texto, ora como mediada pelo desenvolvimento de suas leituras, configurando, assim, uma verdadeira disputa quanto aos critérios de determinação do sentido no interior da tradição cristã.

Essa articulação encontra ressonância na chamada “teologia da recepção”, conforme formulada por autores como Congar, Brighenti e Thillard, para os quais a fé



cristã se configura como evento permanentemente atualizado na história da Igreja (Brighenti, 2019, p. 42; Congar, 1972, p. 284; Thillard *apud* Brighenti, 2019, p. 43). Parte-se do pressuposto de que a revelação não é apenas transmitida, mas recebida, interpretada e reapropriada em contextos históricos e culturais diversos. Nesse marco, a recepção de Daniel constitui um campo privilegiado para examinar as tensões entre permanência doutrinária e desenvolvimento hermenêutico, uma vez que suas leituras evidenciam mutações associadas a contextos filosóficos, eclesiais e metodológicos distintos.

A esse horizonte soma-se a contribuição da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer. Ao enfatizar a historicidade da compreensão, o autor demonstra que toda leitura ocorre no interior de tradições interpretativas que moldam as perguntas, categorias e expectativas do intérprete. Sua noção de “fusão de horizontes” explicita que o sentido emerge no encontro entre texto e leitor, enquanto o conceito de “história efetual” evidencia que os textos continuam a produzir efeitos ao longo do tempo, condicionando novas recepções (Gadamer, 2002, p. 298-300, 449, 457). Desse modo, a interpretação não pode ser pensada a partir de uma suposta neutralidade, mas como ato situado no interior da história.

No campo da hermenêutica bíblica, contudo, o reconhecimento da historicidade da compreensão não elimina a referência ao significado textual. Nesse ponto, a proposta de Grant R. Osborne oferece um contraponto decisivo ao insistir que a mediação histórica e a presença de pressupostos não dispensam a busca pelo significado do texto em seu contexto originário. Embora reconheça o caráter processual da interpretação, Osborne preserva como alvo hermenêutico a reconstrução do significado original mediante critérios históricos, literários e gramaticais (Osborne, 2009, p. 29, 41, 69, 101). Delineia-se, assim, a tensão fundamental que orienta este estudo: de um lado, a consciência da historicidade de toda leitura; de outro, a necessidade de preservar a referência normativa do texto bíblico. Essa tensão expressa como disputa pela normatividade do sentido, constitui o eixo metodológico da presente investigação.

É a partir desse horizonte que se delineia a problemática hermenêutica do livro de Daniel. Nessa perspectiva, a pesquisa não se limita ao mapeamento das divergências interpretativas, mas busca examinar como a recepção do livro se relaciona com a exigência hermenêutica de preservar sua referência textual, a fim de avaliar em que



medida as mudanças de leitura ao longo dos séculos configuram rupturas com seu núcleo normativo ou desdobramentos legítimos de suas possibilidades semânticas. Para percorrer esse itinerário, impõe-se uma breve contextualização das questões críticas que moldam o debate contemporâneo sobre Daniel, especialmente quanto à natureza do texto: trata-se de profecia preditiva, que antecipa eventos futuros, ou de *vaticinium ex eventu*, que descreve acontecimentos passados em forma profética?⁴

Os intérpretes que defendem uma datação no século VI a.C. compreendem Daniel como portador de profecia preditiva, na medida em que suas visões anunciariam eventos concretizados séculos depois (House, 2018, p. 25; Miller, 1994, p. 23). Em contraste, aqueles que situam a redação no século II a.C., no contexto macabeu, tendem a interpretá-lo como composição pseudoprofética, atribuída a autor anônimo que recorre à forma profética para encorajar seus contemporâneos, apresentando a vitória final de Deus como certa (Collins; Collins, 1993, p. 25-26; Miller, 1994, p. 23).

Uma consequência imediata desse dissenso repercute na leitura dos quatro reinos de Daniel 2 e 7. A tradição judaico-cristã majoritária identifica-os como Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma, conferindo às visões um alcance histórico e escatológico até a instauração do Reino de Deus. Leituras críticas modernas, influenciadas por Porfírio e retomadas pela exegese histórico-crítica, tendem a compreendê-los como Babilônia, Média, Pérsia e Grécia, limitando o horizonte de cumprimento ao período macabeu (Baldwin, 2017, p. 70; Montgomery, 1927, p. 61-62).

Essa divergência, contudo, não se reduz a uma questão cronológica, mas reflete compreensões distintas acerca da relação entre revelação, história e soberania divina. No modelo que culmina em Roma, a profecia assume caráter de longo alcance e fôlego escatológico, apontando para uma soberania divina que conduz os séculos. Já no modelo que encerra a sucessão na Grécia, especialmente em Antíoco IV, a profecia funciona como teodiceia diante de uma crise histórica imediata, buscando sustentar a fidelidade da comunidade em contexto de perseguição. Em última instância, os polos “profecia preditiva” e “pseudoprofecia” expressam dois modelos hermenêuticos mais amplos: um

⁴ *Vaticinium ex eventu* é a expressão latina empregada para designar uma profecia formulada “a partir do acontecido”, isto é, a apresentação literária de eventos passados sob forma preditiva. No debate exegético sobre Daniel, o termo é usado especialmente por intérpretes que situam a composição final do livro no século II a.C. e entendem determinadas visões como releitura teológica retrospectiva da história (Miller, 1994, p. 23-24).



que concebe a revelação como intervenção divina no curso da história e outro que a entende como reconstrução teológica do passado em linguagem simbólica.⁵

À luz desse enquadramento, a investigação não pretende legitimar indistintamente leituras concorrentes nem oferecer levantamento bibliográfico exaustivo. Seu propósito é identificar momentos em que mudanças eclesiais, filosóficas e metodológicas reconfiguraram de modo decisivo a leitura de Daniel, evidenciando tanto a historicidade da interpretação quanto a permanência da questão relativa à normatividade do sentido.

Nesse contexto, a recepção de Daniel revela-se especialmente fecunda, pois torna visível, com singular nitidez, a interação entre texto, tradição e contexto. A reconstrução diacrônica de suas leituras permite observar como diferentes comunidades de fé reelaboraram suas compreensões do agir divino na história, da autoridade da revelação e da consumação futura, fazendo do livro um campo privilegiado para examinar as tensões entre desenvolvimento hermenêutico e referência textual. Com base nesses pressupostos, a seção seguinte reconstrói o itinerário interpretativo de Daniel ao longo da tradição judaico-cristã e da modernidade crítica.

INTERPRETAÇÃO DO LIVRO DE DANIEL: A INTEGRAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E TEOLOGIA

O livro de Daniel ocupa uma posição singular na tradição bíblica, caracterizando-se pela articulação exemplar entre história e teologia. Esta seção examina sua recepção e releitura ao longo do tempo, desde o judaísmo e o cristianismo primitivo até abordagens críticas e literárias contemporâneas. O percurso evidencia que a exegese de Daniel funciona como índice sensível de transformações hermenêuticas mais amplas: em cada época, o texto é relido à luz de novas perguntas sobre o sentido da história, a natureza da revelação e o alcance da esperança escatológica. Desse modo, investigar a interpretação de Daniel significa também reconstruir o diálogo contínuo entre o texto bíblico e os horizontes intelectuais e eclesiais que moldaram sua compreensão ao longo dos séculos.

⁵ Sobre essa distinção, observe-se que a escolha de um ou outro esquema interpretativo altera o eixo da mensagem teológica do livro: enquanto a leitura centrada no período grego (século II a.C.) enfatiza a teodiceia — uma resposta divina ao sofrimento imediato e um consolo à fidelidade dos santos sob Antíoco IV —, a leitura que se estende até o Império Romano prioriza a escatologia de longo alcance, apresentando a soberania de Deus como o fio condutor que governa o propósito e o fluxo da história universal até a consumação do Reino.



A recepção judaica e cristã primitiva de Daniel: autoria, autoridade e releitura profética

Nas primeiras fases da recepção judaica e cristã, consolidou-se amplamente a convicção de que Daniel foi o autor do livro que leva seu nome, redigido substancialmente na forma em que chegou à tradição. Tanto no judaísmo quanto no cristianismo, essa leitura afirmava a autenticidade histórica e o caráter profético da obra, compreendendo suas predições como revelações sobrenaturais e situando sua composição no século VI a.C., no contexto do exílio babilônico. Por muitos séculos, esse entendimento permaneceu praticamente incontestado, tornando-se o paradigma hermenêutico dominante entre intérpretes judeus e cristãos (Miller, 1994, p. 23, 40).⁶

Essa convicção, contudo, não se apoia apenas em pressupostos confessionais, mas também em indícios literários e intertextuais que apontam para a circulação e o prestígio de tradições daniélicas antes do século II a.C. Um testemunho relevante encontra-se em 1 Macabeus, que, ao registrar o discurso de despedida de Matatias, evoca as narrativas da fornalha ardente e da cova dos leões (1 Mc 2:59-60; Collins; Collins, 1993, p. 72), sugerindo que tais tradições já eram mobilizadas como paradigma de fidelidade e esperança por volta de 166 a.C. (Miller, 1994, p. 40).

No mesmo horizonte, 1 Macabeus 1:54 re replica a expressão “abominação da desolação” (Dn 11:31) à profanação do templo sob a opressão selêucida, sinalizando um processo inicial de atualização hermenêutica: Daniel passa a ser lido como palavra de consolação e resistência em meio à crise macabeia (1 Mc 1:54; Goldingay, 1989, p. xxvi). Já nesse estágio, o livro não aparece apenas como registro de revelações passadas, mas como texto dotado de capacidade de reinterpretação diante de novas conjunturas históricas.

Com o deslocamento do foco de opressão do poder selêucida para Roma, a recepção do livro assume novo contorno. A comunidade de Qumran constitui testemunho eloquente dessa transição: seus intérpretes entendiam que as visões de Daniel não se haviam esgotado em Antíoco IV e projetavam seu cumprimento para o próprio tempo,

⁶ Stephen R. Miller (n. 1943), professor de Antigo Testamento no Mid-America Baptist Theological Seminary (EUA), é autor do volume sobre Daniel na série *New American Commentary* (NAC), publicada pela Broadman & Holman. De orientação conservadora/evangélica, a coleção combina diálogo com a crítica histórica e defesa da inspiração e da unidade canônica das Escrituras. No caso de Daniel, Miller representa a vertente evangélica tradicional, que sustenta a autoria do profeta e a datação do livro no século VI a.C., em contraste com leituras histórico-críticas.



aplicando-as à identidade e à vocação de sua comunidade em comentários e releituras interpretativas (Goldingay, 1989, p. xxvii). Daniel, assim, é relido como profecia viva e orientada ao presente, em chave marcadamente escatológica — movimento que pode ser descrito, em termos teóricos, como recepção contínua do texto pela comunidade crente diante de circunstâncias históricas renovadas (Brighenti, 2019, p. 42).

Essa releitura alcança patamar decisivo na hermenêutica cristã primitiva por meio da apropriação feita por Jesus em Mateus 24:15, ao citar “a abominação da desolação de que falou o profeta Daniel” e vinculá-la à destruição futura de Jerusalém e do templo. Para Miller (1994, p. 34-35), essa referência possui relevância hermenêutica por pressupor, no interior da tradição cristã primitiva, a autoridade profética de Daniel e a abertura futura de suas visões, em contraste com a tese de uma pseudoprocia estritamente retrospectiva.

No final do século I d.C., a identificação do quarto império como Roma já se encontrava amplamente consolidada. 4 Esdras interpreta o quarto reino de Daniel 2 e 7 nessa direção (Collins; Collins, 1993, p. 84; Goldingay, 1989, p. xxix), evidenciando a continuidade e a atualização da leitura tradicional em novo contexto imperial.

Em Flávio Josefo, essa recepção ganha contornos ainda mais explícitos. O historiador exalta Daniel como “um dos maiores profetas”, capaz de predizer acontecimentos e tempos com precisão (Baldwin, 2017, p. 68; Collins; Collins, 1993, p. 85). Embora evite declarar de forma inteiramente explícita a identificação do quarto império com Roma — possivelmente por prudência política —, suas alusões caminham nessa direção. A ausência de comentários mais diretos sobre determinadas visões pode, nesse caso, refletir estratégia deliberada para evitar uma leitura que pudesse ser percebida como crítica ao domínio vigente (Collins; Collins, 1993, p. 85; Goldingay, 1989, p. xxix-xxx).

No que se refere a Daniel 9, Josefo relaciona as “setenta semanas” a acontecimentos culminando em 66-70 d.C., interpretando Vespasiano como o “príncipe que há de vir” (Goldingay, 1989, p. xxix-xxx). Ao tratar de Daniel 11, identifica Antíoco IV como referência imediata, mas admite também ressonâncias tipológicas na devastação romana sobre Israel (Baldwin, 2017, p. 70). Sua leitura ilustra, assim, um padrão hermenêutico característico da recepção antiga: a reapropriação tipológica em novos contextos de crise.



Em síntese, apesar de variações de ênfase e aplicação, a leitura dominante nos primeiros séculos identificava os quatro reinos de Daniel como Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma — esta, por vezes, associada simbolicamente a Edom (Collins; Collins, 1993, p. 87). Essa tradição permaneceu hegemônica até o século III d.C., quando emergiu o primeiro grande contraponto crítico, formulado por Porfírio de Tiro, ao reinterpretar Daniel como pseudoprocetia composta no século II a.C. Com isso, inaugurava-se a controvérsia que moldaria de maneira decisiva o debate histórico-crítico posterior (Collins; Collins, 1993, p. 114; Miller, 1994, p. 23-24).

Da patrística à Baixa Idade Média: Daniel entre exegese cristológica e controvérsia

Nos primeiros séculos da era cristã, o livro de Daniel foi amplamente recebido como profecia autêntica e inspirada. O período patrístico, porém, marca não apenas a consolidação dessa leitura, mas também o surgimento de desafios intelectuais. Ao passo que a teologia cristã nascente sistematizava a interpretação profética do livro, em ambientes intelectuais ligados ao paganismo tardio surgiam tentativas de reinterpretá-lo segundo critérios filosóficos e racionalizantes.

Um marco decisivo dessa etapa é Hipólito de Roma (c. 170-235), autor do mais antigo comentário cristão extenso a um livro do Antigo Testamento, o *Comentário sobre Daniel*, de influência duradoura (Collins; Collins, 1993, p. 112-113; Montgomery, 1927, p. 107). Hipólito preserva a linha tradicional que identifica o quarto reino de Daniel 7 com Roma, em continuidade com 4 Esdras e Flávio Josefo, e interpreta a fragmentação futura do império por meio dos símbolos dos dez dedos (Dn 2) e dos dez chifres (Dn 7). Ao mesmo tempo, reconhece referências históricas imediatas a Antíoco IV Epifânio, especialmente no tocante à perseguição e à profanação do culto, integrando-as a uma leitura tipológica e escatológica mais ampla (Collins; Collins, 1993, p. 112-113).

A exegese de Hipólito também ilustra um movimento consistente de releitura cristológica do livro: imagens centrais são articuladas à confissão cristã, de modo que o texto passa a servir não apenas como chave escatológica, mas também como recurso querigmático e apologético no interior da comunidade eclesial (Collins; Collins, 1993, p. 112-113). Esse uso cristológico, ainda que não uniformizado em todos os detalhes, contribuiu para a consolidação de uma leitura em que Daniel é recebido como testemunho profético integrado ao horizonte cristão. Em Hipólito, portanto, já se percebe uma



recepção que combina continuidade com a tradição anterior, releitura cristológica e ampliação escatológica, evidenciando que a autoridade normativa do texto não impedia sua rearticulação em novos horizontes eclesiais.

No século III, com a expansão do cristianismo e a defesa da inspiração das Escrituras hebraicas, emerge um dos primeiros ataques sistemáticos à leitura profética cristã: Porfírio de Tiro (c. 234-305), em *Contra os Cristãos*, sustenta que Daniel seria uma pseudoprofecia (*vaticinium ex eventu*) composta no contexto macabeu, rejeitando a possibilidade de previsão sobrenatural do futuro. A partir dessa premissa, reinterpreta os impérios do livro em chave estritamente helenística e identifica o “pequeno chifre” com Antíoco IV, negando qualquer sentido messiânico ou cristológico às visões (Collins; Collins, 1993, p. 114; Miller, 1994, p. 23-24).

Com Porfírio, a controvérsia em torno de Daniel deixa de ser apenas uma disputa de interpretação no interior da tradição e assume a forma de contestação mais radical de sua própria natureza profética. A influência de Porfírio foi vigorosamente contestada, sobretudo por Jerônimo, cujo *Commentariorum in Daniele*, ao final do século IV, tornou-se em larga medida a principal via de preservação dessas teses, uma vez que as cita amplamente para refutá-las (Baldwin, 2017, p. 69; Goldingay, 1989, v. 30, p. xxx-xxxii).

Na exegese medieval, embora a referência histórica a Antíoco não desapareça — frequentemente integrada a uma hermenêutica de dupla referência —, prevalece majoritariamente a convicção de que a quarta besta de Daniel 7 representa Roma e de que o livro aponta, em sentido amplo, para o horizonte escatológico do Reino de Deus (Baldwin, 2017, p. 70; Goldingay, 1989, v. 30, p. xxxii; Montgomery, 1927, p. 399). Assim, a tradição medieval preserva a autoridade profética de Daniel, ainda que a articule por meio de leituras múltiplas e progressivamente mais complexas.

Na transição para a Baixa Idade Média, contudo, observa-se uma inflexão hermenêutica decisiva. Leituras mais dinâmicas da história, influenciadas, entre outros fatores, pela teologia de Joaquim de Fiore, favoreceram a aplicação de símbolos proféticos a eventos contemporâneos (Vilanova, 2016, p. 33-34; Reeves, 1969, p. 8-10). Nesse novo ambiente, emerge um elemento teopolítico inédito: a identificação do papado com o Anticristo, intensificada nas disputas entre o papado e o Sacro Império, particularmente no contexto do reinado de Frederico II (Collins; Collins, 1993, p. 119). A profecia, antes



vinculada prioritariamente à esperança escatológica, passa a ser mobilizada também como instrumento de denúncia e disputa institucional.

Essa inflexão prepara o terreno para as leituras reformadoras do século XVI e para a consolidação da abordagem historicista, na qual a profecia é concebida como fluxo contínuo de eventos ao longo da história cristã (Doukhan, 1987, p. 8). Assim, o livro de Daniel passa a operar não apenas como horizonte teológico da história da salvação, mas também como chave hermenêutica para interpretar os conflitos, as crises e as reconfigurações da cristandade ocidental.

Reforma e Contrarreforma: Daniel nas controvérsias confessionais do século XVI

No século XVI, o livro de Daniel passou a ocupar lugar central nas controvérsias hermenêuticas entre protestantes e católicos. Suas visões, tradicionalmente associadas à sucessão dos impérios e ao curso da história, foram relidas à luz da fragmentação da cristandade ocidental, tornando-se instrumento particularmente explícito de interpretação do presente. Nesse contexto, Daniel converteu-se em *locus* de confronto entre Escritura e tradição, crítica eclesiástica e defesa da autoridade institucional.

No âmbito da Reforma, essa apropriação assumiu feição marcadamente antipapal. Em Martinho Lutero, sobretudo a partir da década de 1520, Daniel foi lido como paradigma de fidelidade sob coerção político-religiosa; mas foi especialmente na interpretação de Daniel 11-12 que se consolidou um eixo decisivo da tradição protestante: a identificação do Anticristo com o papado (Bennett, 2009, p. 276; Collins; Collins, 1993, p. 119-120).

Tal impulso favoreceu a consolidação de uma leitura historicista estruturada pelo princípio da recapitulação, segundo o qual Daniel 2, 7 e 11 descrevem, sob imagens diversas, o mesmo fluxo histórico (Baldwin, 2017, p. 67; Vilanova, 2016, p. 32). O livro passou, assim, a ser lido como mapa contínuo da história universal, da Babilônia ao fim, e o “pequeno chifre” de Daniel 7 foi amplamente associado ao poder romano prolongado na história da cristandade latina (Bennett, 2009, p. 276; Goldingay, 1989, p. xxxv; Vilanova, 2016, p. 30-35).

Nesse cenário, João Calvino adotou postura mais contida. Embora também concebesse o papado como manifestação histórica do Anticristo, evitou projetar essa identificação diretamente sobre o texto daniélico, restringindo o horizonte de



cumprimento ao período romano, especialmente até Nero (Collins; Collins, 1993, p. 120-121; Goldingay, 1989, p. xxxv). Ainda assim, em linhas gerais, a recepção reformada permaneceu profundamente marcada pela controvérsia confessional, e a profecia foi frequentemente mobilizada como instrumento de denúncia e crítica eclesiológica.

Em resposta, a Contrarreforma articulou uma reconfiguração do horizonte temporal da exegese profética. No contexto dos esforços doutrinários e disciplinares ligados ao Concílio de Trento, buscou-se enfraquecer a leitura historicista que identificava o papado com o Anticristo, deslocando o cumprimento das profecias para fora da história recente da Igreja, seja para o passado remoto, seja para o futuro escatológico (Bennett, 2009, p. 276-277). Nesse ambiente, a teologia jesuíta deu origem a duas escolas interpretativas de grande alcance: o futurismo e o preterismo (Froom, 1948, p. 486).⁷

O futurismo, formulado por Francisco Ribera e desenvolvido por Roberto Belarmino, concentrou o cumprimento das profecias de Daniel e do Apocalipse no período imediatamente anterior à *parousia* (Vilanova, 2016, p. 20-22). Contra a leitura historicista e sua aplicação do princípio dia-ano,⁸ insistiram numa interpretação literal dos períodos proféticos: o domínio do Anticristo corresponderia a apenas três anos e meio no fim da história, e não a uma longa duração histórica associada ao papado (Bennett, 2009, p. 277; Froom, 1948, p. 486-487).

O preterismo, por sua vez, elaborado por Luís de Alcázar, situou o cumprimento das profecias no passado, especialmente no contexto helenístico e nas perseguições de Antíoco IV Epifânio. Nessa perspectiva, o Anticristo deveria ser compreendido como figura do mundo antigo, e não como realidade ligada à estrutura eclesiástica contemporânea. Embora futurismo e preterismo divergissem quanto ao horizonte

⁷ LeRoy Edwin Froom (1890-1974), em sua monumental obra *The Prophetic Faith of Our Fathers* (1948), realizou um exaustivo levantamento de fontes primárias sobre a história da interpretação profética. Embora a obra possua um caráter confessional e apologético, defendendo a perspectiva historicista clássica, ela permanece como uma referência fundamental para a documentação histórica do desenvolvimento das escolas futurista e preterista.

⁸ O princípio dia-ano consiste na interpretação simbólica segundo a qual períodos proféticos expressos em dias representam anos históricos, com base em passagens como Nm 14:34 e Ez 4:6. Esse princípio foi amplamente adotado na tradição historicista, sendo desenvolvido por intérpretes medievais e reformadores, como Joaquim de Fiore, e posteriormente sistematizado por autores protestantes, incluindo Isaac Newton e William Miller, além de desempenhar papel central na interpretação profética do protestantismo histórico e do adventismo (Newton, 1950, p. 36; Johnsson, 2011, p. 885; Schwarz; Greenleaf, 2016, p. 24, 31-33).



temporal, convergiam em seu objetivo apologético: afastar a aplicação direta das profecias à Igreja Católica (Bennett, 2009, p. 277; Froom, 1948, p. 486-487).

O impacto dessas leituras foi duradouro. O futurismo, inicialmente formulado em ambiente católico, foi posteriormente assimilado por setores protestantes e encontrou desenvolvimento sistemático no dispensacionalismo (Bennett, 2009, p. 277; Vilanova, 2016, p. 23-25). O preterismo, por sua vez, influenciou correntes do racionalismo protestante e contribuiu, em certos desdobramentos, para o amadurecimento de pressupostos histórico-críticos. Nesse sentido, a reação católica ao historicismo protestante acabou produzindo consequências hermenêuticas que ultrapassaram seu propósito apologético imediato, abrindo caminho para releituras progressivamente mais historicizadas do texto profético.⁹

Em síntese, a recepção reformada e contrarreformada de Daniel evidencia, com especial nitidez, como a interpretação profética é atravessada por disputas teológicas, eclesiológicas e políticas. Mais do que simples divergência exegética, o debate em torno do livro revela modos concorrentes de reivindicar seu sentido normativo em contextos históricos específicos.

O surgimento do criticismo histórico e a reconfiguração moderna da interpretação de Daniel

Com a modernidade e a ascensão do racionalismo, a teologia ocidental passou a operar sob novas tensões entre fé e razão, revelação e crítica, tradição e método. Nesse contexto, o livro de Daniel converteu-se em um dos textos mais disputados da exegese moderna. Aquilo que, da patrística à Reforma, fora majoritariamente recebido como testemunho sobrenatural da providência divina passou a ser reavaliado à luz de critérios de plausibilidade histórica e racional, fazendo de Daniel um verdadeiro laboratório hermenêutico no qual a autoridade da profecia foi submetida ao crivo da crítica.

Entre os séculos XVII e XIX, consolidou-se o criticismo histórico, frequentemente associado ao desenvolvimento da chamada “alta crítica”, orientado pela premissa de submeter os textos bíblicos aos mesmos procedimentos analíticos aplicados às demais

⁹ Como observam Collins e Collins (1993, p. 121, tradução nossa): “Ao refutar a identificação protestante do Anticristo com o papado, esses estudiosos, especialmente Franciscus Ribera e Ludovicus Alcasar, foram precursores da crítica histórica”.



fontes da Antiguidade. Nesse paradigma, a Escritura passou a ser lida primariamente como documento histórico-literário, e elementos como milagre e predição foram muitas vezes reinterpretados como construções simbólicas e teológicas vinculadas ao horizonte de seus autores (Bennett, 2009, p. 278; Van Bemmelen, 2018, p. 125).

Nesse ambiente, objeções antigas à autoria e à datação tradicionais, já formuladas por Porfírio, reapareceram sob novas bases filosóficas e metodológicas. De Spinoza em diante, difundiu-se a tendência de privilegiar análises filológicas, históricas e literárias, relegando progressivamente a leitura dogmático-teológica a segundo plano (Bennett, 2009, p. 278-279; Goldingay, 1989, p. xxxvi). No âmbito protestante, essa inflexão encontrou expressão relevante em Hugo Grócio, que rejeitou tanto a datação antiga do livro quanto a identificação do papado com o Anticristo, contribuindo para a consolidação acadêmica de Daniel como produto do judaísmo helenístico (Collins; Collins, 1993, p. 121).

É nesse quadro que se afirma a chamada tese macabeia. Segundo essa leitura, Daniel não teria sido composto no século VI a.C., mas no século II a.C., durante a perseguição de Antíoco IV Epifânio. O livro seria, assim, uma pseudoprocetia (*vaticinium ex eventu*), isto é, uma releitura de acontecimentos passados apresentada sob forma preditiva, com a finalidade de consolar e sustentar a resistência religiosa da comunidade sob opressão (Baldwin, 2017, p. 69; Goldingay, 1989, p. xxxvi; Hartman; Di Lella, 2008, p. 43).

A consequência hermenêutica dessa hipótese foi decisiva: os quatro reinos de Daniel 2 e 7 passaram a ser identificados como Babilônia, Média, Pérsia e Grécia, excluindo-se Roma do horizonte do livro e restringindo-se o cumprimento das visões ao período macabeu (Baldwin, 2017, p. 70; Montgomery, 1927, p. 61). Com isso, a procetia deixava de ser compreendida como anúncio de longo alcance para ser lida, prioritariamente, como discurso simbólico ancorado em seu suposto contexto imediato de redação.

Apesar de sua ampla difusão, a tese macabeia não eliminou todas as tensões do debate; a descoberta dos manuscritos de Qumran reintroduziu questionamentos relevantes, sobretudo porque a presença de fragmentos de Daniel, como o 4QDn^c, datado do final do segundo século a.C., sugere um intervalo cronológico relativamente estreito entre a suposta composição macabeia e a circulação do livro naquele ambiente. Esse dado



foi mobilizado por alguns intérpretes para problematizar a rapidez com que um escrito recente teria alcançado autoridade suficiente para ser preservado como texto religioso (Baldwin, 2017, p. 48-50; Miller, 1994, p. 37-38).

Ainda assim, em amplos setores da erudição contemporânea, a tese macabeia tornou-se praticamente consensual, menos por resolução definitiva de todas as tensões e mais pela consolidação de um paradigma que tende a localizar textos apocalípticos no horizonte de eventos supostamente próximos à sua redação (Baldwin, 2017, p. 69). Em reação, intérpretes conservadores insistiram que a controvérsia não se reduz à filologia, mas envolve a própria credibilidade da revelação bíblica diante do ceticismo moderno (Goldingay, 1989, p. xxxvi-xxxvii; Baldwin, 2017, p. 69).

Entre as tentativas de mediação entre fé e razão, destaca-se Isaac Newton, cuja obra *As profecias de Daniel e o Apocalipse* representa um esforço singular de articular racionalidade científica e exegese profética. Newton identifica os dez chifres da quarta besta com reinos oriundos da fragmentação do Império Romano e sustenta que a rejeição das profecias de Daniel comprometeria, em última instância, a própria religião cristã (Newton, 1950, p. 38-79; Collins; Collins, 1993, p. 121). Sua abordagem mostra que a modernidade não produziu apenas a crítica da profecia, mas também tentativas de reinterpretá-la sob novas exigências metodológicas, preservando seu alcance teológico e escatológico.

A controvérsia prosseguiu no século XIX. Enquanto a crítica histórico-literária ampliava sua influência no ambiente universitário europeu, alguns movimentos confessionais preservavam o paradigma historicista, com destaque para o milerismo.¹⁰ William Miller aplicou o princípio dia-ano a Daniel 8:14 e situou o término dos 2300 dias em 1843 e, posteriormente, em 22 de outubro de 1844, episódio que culminou na chamada “grande decepção” (Collins; Collins, 1993, p. 121-122; Goldingay, 1989, p.

¹⁰ A expectativa escatológica vinculada à interpretação historicista de Daniel não se restringiu ao milerismo norte-americano. Já no século XVIII, intérpretes como Johann Albrecht Bengel projetavam cronologias proféticas convergentes para o período moderno (Schwarz; Greenleaf, 2016, p. 30). No contexto ibérico, Manuel Lacunza exerceu ampla influência na reconfiguração das expectativas milenaristas (Blanco, 1994, p. 122-123; Schwarz; Greenleaf, 2016, p. 31). Na Inglaterra, as Conferências de Albury Park (1826-1830) reuniram clérigos e leigos interessados na interpretação profética, evidenciando a difusão transnacional de leituras historicistas. Além disso, outros nomes menos lembrados, como Johann Petri, também contribuíram para a manutenção e desenvolvimento desse paradigma (Schwarz; Greenleaf, 2016, p. 31-33). Nesse sentido, o milerismo deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo de renovação da escatologia historicista no período moderno.



xxxvii). Historicamente, esse episódio pode ser lido como um dos últimos grandes florescimentos do historicismo protestante.

Como sugere Kai Arasola, em referência retomada por Paulien, seu declínio deveu-se menos a uma refutação exegética conclusiva e mais ao desgaste provocado por correlações históricas ocasionalmente percebidas como frágeis, favorecendo a consolidação dos paradigmas preterista e futurista tanto na academia quanto no protestantismo popular (Paulien, 2003, p. 16-42).

Em síntese, a recepção moderna de Daniel evidencia uma inflexão decisiva: o centro do debate desloca-se da continuidade confessional da tradição para a disputa em torno do estatuto epistemológico da profecia. Mais do que divergência sobre datação ou autoria, a controvérsia passa a envolver critérios concorrentes de verdade, método e legitimidade hermenêutica.

No século XX, com o avanço da crítica literária e de correntes contemporâneas da teologia bíblica, o debate deslocou-se progressivamente das questões de autoria e datação para o significado teológico da mensagem e a função do livro no interior do cânon. É nesse horizonte que se insere a seção seguinte, dedicada à recepção contemporânea e à hermenêutica teológica do livro de Daniel.

Recepção contemporânea de Daniel: gênero apocalíptico, teodiceia e reorientação hermenêutica

No cenário contemporâneo, a recepção acadêmica do livro de Daniel reflete a consolidação de abordagens histórico-críticas e literárias desenvolvidas entre os séculos XIX e XX. Em contraste com leituras tradicionais, que o compreendiam como testemunho inspirado e preditivo da ação divina na história, a tendência predominante passou a analisá-lo como documento religioso e literário oriundo do judaísmo helenístico, cuja função é sobretudo simbólica, pastoral e existencial, mais do que propriamente cronológico-escatológica. Essa reorientação metodológica assinala uma mudança de eixo: da leitura de Daniel como teologia da história centrada na predição para sua interpretação a partir do gênero apocalíptico e de seu suposto contexto de produção (Hartman; Di Lella, 2008, p. 103-104; Collins; Collins, 1993, p. 122-123).

Nesse quadro, leituras que preservam a compreensão preditiva clássica — frequentemente situadas em ambientes confessionais — tornaram-se minoritárias no



campo acadêmico. Elas continuam, em geral, a identificar os quatro reinos como Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma e a reconhecer referências cristológicas explícitas no livro; contudo, segundo John E. Goldingay (1989, p. xxxviii) e John e Adela Collins (1993, p. 122-123), essa posição ocupa hoje lugar marginal no debate crítico consolidado.

Para grande parte da literatura especializada, temas tradicionais como autoria, datação e correspondências diretas com cronologias posteriores deixam de constituir o núcleo da investigação. O interesse desloca-se para questões formais e contextuais, como a unidade literária do livro, sua composição e, sobretudo, seu enquadramento no gênero apocalíptico.

Em termos de orientação escatológica, isso se traduz na passagem de uma “escatologia quantitativa”, centrada em cálculos e sucessões cronológicas, para uma “escatologia qualitativa”, voltada ao sentido teológico da esperança e da fidelidade em tempos de opressão (Collins; Collins, 1993, p. 122-123). Essa mudança não é apenas temática, mas hermenêutica, pois redefine o próprio critério pelo qual a relevância do livro passa a ser avaliada.

Nesse registro, autores como John Collins, Adela Collins, Louis Hartman e Alexander Di Lella — com variações internas de método — enfatizam que o livro expressa a ética da resistência e a espiritualidade da perseverança diante do poder totalitário, funcionando como literatura de consolação para uma comunidade pressionada, e não como revelação sobrenatural de eventos futuros em sentido estrito (Collins; Collins, 1993, p. 122-123; Hartman; Di Lella, 2008, p. 105-107). Por essa razão, Daniel não seria legitimamente mobilizável como “mapa cronológico” da história universal; suas visões refletiriam convenções literárias do apocalipticismo judaico helenístico, orientadas por simbolismo e dramatização (Collins; Collins, 1993, p. 122-123).

Essa inflexão, contudo, introduz uma tensão hermenêutica relevante: se o valor de Daniel é predominantemente pastoral e literário, como sustentar sua autoridade canônica e normativa para comunidades que historicamente o receberam como revelação divina e oráculo veraz? Permanece, assim, um impasse hermenêutico decisivo: como articular a eficácia simbólica do texto com sua pretensão de verdade e sua autoridade normativa no interior da tradição canônica?

Nesse quadro, elementos frequentemente apontados como dissonâncias historiográficas — como a figura de Dario, o Medo — são comumente interpretados



menos como falhas de precisão e mais como indícios de que o texto não pretende oferecer reconstrução histórica rigorosa, mas compor uma narrativa teológica em forma dramática. De modo análogo, a sequência dos reinos é lida como metáfora da esperança de libertação, e não como cronograma preditivo (Collins; Collins, 1993, p. 123; Hartman; Di Lella, 2008, p. 104-111).

Em síntese, para a crítica contemporânea, a contribuição decisiva da leitura moderna de Daniel está na clarificação de seu caráter apocalíptico: o livro deixa de ser interpretado como itinerário cronológico do futuro e passa a ser compreendido como teodiceia em tempos de crise. Nessa chave, as tensões entre relato bíblico e historiografia secular não são tratadas como defeitos a serem eliminados, mas como traços do gênero literário, que privilegia uma verdade de caráter teológico e existencial.

Assim, a “verdade” de Daniel deixaria de residir primariamente na precisão do quando para concentrar-se na afirmação de quem governa a história: a soberania final de Deus e a vitória de seu Reino sobre o caos representado pelos impérios humanos. É justamente nesse deslocamento que a recepção contemporânea explícita, de forma aguda, a tensão entre releitura teológica, historicidade da interpretação e normatividade do sentido.

Conclusão parcial

À luz do percurso desenvolvido, a história da recepção de Daniel evidencia que sua interpretação nunca se deu em abstrato, mas sempre no interior de configurações históricas, eclesiais e intelectuais determinadas. Da recepção judaica e cristã primitiva às releituras patrísticas, medievais, reformadas, modernas e contemporâneas, o livro foi continuamente reinscrito em novos horizontes de sentido, tornando-se lugar privilegiado para observar como a exegese bíblica articula continuidade textual e reconfiguração hermenêutica.

Nesse contexto, Daniel se impõe como caso particularmente expressivo para a reflexão hermenêutica, pois sua história interpretativa torna visíveis, de modo concentrado, questões que atravessam a exegese bíblica em geral: a mediação da tradição, os limites da crítica, o papel do contexto e a permanência da reivindicação teológica do texto. A partir desse quadro, torna-se possível avançar da descrição histórico-recepcional para a explicitação das implicações metodológicas e epistemológicas que dele decorrem.



IMPLICAÇÕES HERMENÊUTICAS E EPISTEMOLÓGICAS: DANIEL COMO CASO EXEMPLAR DA TAREFA INTERPRETATIVA

O percurso histórico delineado nas seções anteriores fornece a base para uma consideração propriamente teórico-metodológica da recepção de Daniel. Mais do que recensar posições interpretativas sucessivas, importa agora identificar os pressupostos hermenêuticos e epistemológicos que as sustentam, bem como avaliar suas consequências para a tarefa exegética no âmbito da teologia cristã.

Nessa perspectiva, esta seção examina, em primeiro lugar, o movimento pendular que marcou a interpretação do livro entre polos como tradição e crítica, normatividade e historicidade, revelação e mediação humana. Em seguida, propõe um encaminhamento metodológico que busque articular, de modo rigoroso, a primazia do texto bíblico, a consideração responsável de sua inserção histórica e a preservação de sua densidade teológica e normativa para a comunidade interpretante.

Daniel como laboratório interpretativo: o movimento pendular da exegese bíblica

O itinerário interpretativo reconstruído ao longo deste estudo permite explicitar duas proposições centrais de natureza hermenêutica e epistemológica: em primeiro lugar, confirma-se a observação de Grenz e Olson (2003, p. 7) de que a teologia é uma disciplina intrinsecamente contextual, pois descreve e interpreta a fé em horizontes históricos e culturais determinados. Tal reconhecimento, contudo, não equivale a relativismo, mas expressa a consciência da finitude do intérprete e da mediação histórica inevitável de todo ato de compreensão.

Nesse sentido, a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer oferece uma importante chave teórica para pensar a interpretação bíblica. Ao afirmar que toda compreensão ocorre a partir de um horizonte histórico situado, Gadamer sustenta que o entendimento resulta de uma “fusão de horizontes”, isto é, do encontro entre o horizonte do texto e o horizonte do intérprete (Gadamer, 2002, p. 457). Em concomitância, Leal (2013, p. 108) observa que a própria história da hermenêutica está vinculada a uma pré-compreensão concreta, o que se confirma de maneira eloquente na trajetória da exegese bíblica: em cada período, pressupostos prévios orientam as perguntas dirigidas ao texto, os procedimentos adotados e os sentidos teológicos privilegiados.



A recepção do livro de Daniel evidencia exemplarmente essa dinâmica. Sua história mostra que não há leitura neutra, uma vez que toda interpretação emerge de interesses situados, pressupostos epistemológicos e critérios hermenêuticos específicos. Por isso, Daniel pode ser compreendido como um verdadeiro laboratório interpretativo, no qual se torna visível um movimento pendular da exegese bíblica: em determinados contextos, o texto é lido a partir de molduras dogmáticas mais estabilizadas; em outros, é reinterpretado de forma predominantemente simbólica, existencial ou desmitologizada.

Esse deslocamento reflete transformações mais amplas no horizonte filosófico do pensamento ocidental. Em termos gerais, pode-se identificar a passagem de um paradigma teocêntrico, predominante no período pré-iluminista, para um horizonte progressivamente antropocêntrico, característico da modernidade. Enquanto o primeiro tendia a abordar a Escritura como revelação divina normativa, o segundo passou a enfatizar a autonomia da razão, a historicidade do texto e a mediação cultural de suas formas literárias (Dupré, 1993, p. 3, 250-251). Em alguns desdobramentos da modernidade tardia e da pós-modernidade, esse processo conduziu a leituras marcadas por ceticismo epistemológico e tendências relativistas.

Fora de Daniel, fenômeno semelhante pode ser observado, por exemplo, na interpretação dos Evangelhos, especialmente na distinção moderna entre o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé” (Brown, 2007, p. 86-87; Ruppenthal Neto, 2015, p. 116, 126). Nesse contexto, o programa de desmitologização de Rudolf Bultmann procurou reinterpretar elementos sobrenaturais do Novo Testamento como expressões simbólicas da autocompreensão humana, em diálogo com o existencialismo heideggeriano (Brown, 2007, p. 86-87). Retornando a Daniel, esse quadro ajuda a compreender por que parte significativa da pesquisa contemporânea tende a operar, em chave análoga, com a separação entre um “Daniel histórico” e um “Daniel da fé”, privilegiando, por vezes, um suposto horizonte imediato do texto em detrimento de sua densidade profética e teológica.

É nesse ponto que a observação de Congar adquire relevância crítica: “o Espírito renova sem cessar o dado, mas não cria um outro substancialmente diferente” (Congar, 1972, p. 284). A questão, portanto, consiste em discernir se a historicidade da interpretação corresponde a uma renovação legítima do dado bíblico ou se, em determinados contextos, conduz a um deslocamento substancial de seu conteúdo em



favor de categorias filosóficas e antropológicas estranhas ao horizonte do texto. A pergunta é decisiva, porque a historicidade da compreensão não dispensa — antes exige — avaliação crítica de seus resultados.

A contribuição de Gadamer permanece valiosa ao mostrar que compreender não é simplesmente reproduzir a intenção originária do passado, mas participar de um processo hermenêutico em que texto, intérprete e tradição se encontram vinculados no interior do círculo hermenêutico (Gadamer, 2002, p. 298-300, 449, 457). Todavia, essa importante intuição também suscita uma questão incontornável para a teologia bíblica: onde reside o sentido? No texto, na tradição, no horizonte do intérprete ou na fusão entre esses elementos?

No caso de Daniel, essa pergunta se torna particularmente aguda, pois sua história de recepção reúne leituras profundamente distintas, embora vinculadas ao mesmo texto canônico. Mais do que uma divergência quanto ao modo de interpretar, está em jogo a própria reivindicação literária e teológica do livro: se Daniel deve ser lido apenas como construção simbólico-exortativa situada em seu suposto contexto ou como texto profético-apocalíptico que se apresenta como revelação dotada de alcance histórico e escatológico.

Se interpretações tão contrastantes podem reivindicar legitimidade apenas com base na historicidade da compreensão, corre-se o risco de deslocar a normatividade do texto para a oscilação dos contextos interpretativos. O problema, portanto, não está em reconhecer que toda leitura é situada, mas em admitir, sem mediações críticas, que leituras conflitantes possam igualmente corresponder ao sentido do texto em aspectos substantivos. Quando isso ocorre, a contextualidade deixa de funcionar como condição de compreensão e passa, na prática, a legitimar o subjetivismo hermenêutico.

Essa limitação é destacada por Osborne, cuja crítica à proposta gadameriana foi bem sintetizada por Leal (2013, p. 110-111). Segundo essa avaliação, Gadamer não oferece critérios suficientemente claros para resguardar a interpretação do subjetivismo, distinguir leituras válidas de leituras inadequadas, nem submeter a tradição a exame crítico rigoroso. Em consequência, a ênfase conferida ao papel do leitor tende a ampliar excessivamente a abertura semântica do texto, permanecendo descritiva do fenômeno interpretativo, mas insuficiente como fundamento normativo, e podendo conduzir, em



última instância, a uma redefinição problemática da própria noção de verdade (Leal, 2013, p. 110-111; Osborne, 2009, p. 602-606).

É precisamente nessa tensão que Daniel se revela um laboratório hermenêutico privilegiado. Se o livro passa a ser lido predominantemente em chave pastoral, literária ou existencial, em que base ainda se preserva sua autoridade canônica e normativa para comunidades de fé que historicamente o receberam como revelação divina, profecia histórica e oráculo veraz? A questão não é secundária, pois diz respeito ao próprio estatuto teológico do texto. Se a recepção contemporânea relativiza estruturalmente sua dimensão profética, já não se trata apenas de uma mudança de ênfase, mas de uma redefinição de sua função canônica.

Diante disso, exige-se, portanto, um reposicionamento metodológico mais rigoroso, capaz de articular de modo equilibrado a fidelidade ao texto bíblico, a consideração responsável de sua mediação histórica e a preservação de sua densidade teológica e normativa — tarefa que será assumida na seção seguinte.

Primazia do texto e mediação histórica: uma proposta metodológica

Retoma-se, nesta seção, a questão decisiva que emergiu da discussão anterior: onde reside o sentido — no texto, na tradição que o transmite, no horizonte do intérprete ou na interação entre esses elementos? Nesse horizonte, impõe-se o contraste entre dois paradigmas hermenêuticos cujas diferenças incidem diretamente sobre a questão do sentido normativo: a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer e a proposta hermenêutica de Grant R. Osborne. Em Gadamer, a compreensão não consiste na recuperação neutra de um significado fixado no passado, mas em um acontecimento hermenêutico situado, no qual texto, tradição e intérprete se entrelaçam no interior da historicidade da compreensão (Gadamer, 2002, p. 298-300, 449, 457; Leal, 2013, p. 103-109; Osborne, 2009, p. 603). Nessa perspectiva, o sentido não é apreendido a partir de uma posição soberana e neutra, mas emerge do encontro entre horizontes históricos.

Em Osborne, por sua vez, embora se reconheça a presença de pressupostos no ato interpretativo, o alvo hermenêutico permanece sendo a reconstrução do significado original pretendido pelo autor em seu contexto histórico. Sua proposta insiste, portanto, na possibilidade de disciplinar criticamente a subjetividade do intérprete por meio de



procedimentos exegéticos rigorosos, especialmente de natureza histórica, literária e gramatical (Osborne, 2009, p. 29, 41, 69, 101, 668).

Essas proposições configuram o fundamento de dois dos principais paradigmas metodológicos da interpretação bíblica: o método histórico-crítico e o método gramático-histórico. O método histórico-crítico estrutura-se a partir da premissa de que o sentido normativo do texto deve ser estabelecido mediante a correlação entre o horizonte histórico de sua produção e o horizonte do intérprete contemporâneo (Davidson, 2011, p. 108). Nesse enquadramento, o significado não se encontra circunscrito à *intentio auctoris*, mas se amplia no processo de recepção interpretativa. Como observa Lima, “Um texto pode oferecer mais sentidos do que aqueles pensados por seu autor”, sendo tais sentidos também configurados na própria dinâmica da interpretação (Lima, 2014, p. 18). Em decorrência disso, pressupostos externos — especialmente aqueles oriundos da crítica moderna — passam a desempenhar papel constitutivo na mediação do sentido, sendo metodologicamente projetados sobre o texto.

Entre esses pressupostos, destaca-se o denominado “princípio da correlação”, segundo o qual, em determinadas formulações metodológicas, exclui-se a possibilidade da ação divina na história humana — um pressuposto que se mostra particularmente tensionado à luz da cosmovisão bíblica, sobretudo na leitura do livro de Daniel (Hasel, 2025, p. 109-110). A ele se articula o “princípio da analogia”, pelo qual a experiência presente converte-se em critério de plausibilidade para a interpretação do passado, conduzindo à relativização ou rejeição de eventos singulares da história da salvação, tais como a criação, o dilúvio, o êxodo e, no caso de Daniel, a profecia preditiva. Acrescente-se, ainda, o princípio da dúvida ou da crítica metodológica, segundo o qual a tradição religiosa é submetida, de modo sistemático, à suspeita hermenêutica (Hasel, 2025, p. 109-110).

Nesse horizonte, percebe-se uma afinidade estrutural com a hermenêutica filosófica gadameriana, na medida em que o sentido é compreendido como emergente da interação entre horizontes históricos. Todavia, precisamente nesse ponto reside seu limite epistemológico: ao explicar de modo consistente o processo da compreensão, tal perspectiva não oferece critérios suficientes para fundamentar a normatividade do sentido, abrindo espaço para uma indeterminação interpretativa que compromete a estabilidade semântica do texto.



Em contraposição, o método gramático-histórico, ainda que compartilhe instrumentos analíticos com a crítica histórica, opera a partir de uma inflexão epistemológica distinta. Tal abordagem dedica-se à investigação rigorosa dos elementos históricos, literários, linguísticos, sintático-gramaticais e teológicos do texto (Davidson, 2011, p. 110), mas parte do pressuposto de que o sentido encontra-se ancorado na objetividade textual, em estreita vinculação com sua constituição histórico-comunicativa. Nesse sentido, afirma-se que “a Palavra de Deus não é cultural e historicamente condicionada, mas cultural e historicamente constituída”, de modo que “o que o texto bíblico significava em seu ambiente original é precisamente o que o texto significa para nós hoje. Qualquer aplicação de um texto à nossa situação deve estar ligada ao significado original” (Mueller, 2018, p. 159).

É nesse ponto que o presente estudo se posiciona: sem desconsiderar a fecundidade das intuições gadamerianas acerca da historicidade da compreensão, sustenta-se que a normatividade do sentido deve estar ancorada na objetividade textual, não podendo ser diluída nem na fluidez da tradição nem na contingência do horizonte resultante da relação texto-leitor. Em termos mais precisos, o texto bíblico não apenas participa do processo hermenêutico, mas deve exercer função reguladora normativa sobre ele. Nesse sentido, defende-se que, no âmbito da hermenêutica bíblica, o texto possui uma *intentio auctoris* (intenção do autor) ou uma *intentio operis* (intenção da obra) que deve atuar como critério de controle e limite à fluidez interpretativa. Essa ancoragem impede que o sentido seja absorvido pela mutabilidade histórica, preservando a identidade da mensagem bíblica diante das constantes reconfigurações da tradição e das pré-compreensões do intérprete.

Entre texto, tradição e intérprete, o texto bíblico deve conservar primazia reguladora. Nessa direção, Frank M. Hasel afirma que as pressuposições e pré-compreensões do intérprete devem ser reformadas pelo texto das Escrituras e permanecer sob seu controle, de modo que o texto tenha prioridade sobre o intérprete (Hasel, 2018, p. 56). Tal convicção aproxima-se do princípio de *prima scriptura*, isto é, do reconhecimento da Escritura como instância normativa fundamental no processo hermenêutico (Davidson, 2011, p. 78; Hasel, 2018, p. 68, 77). Essa primazia, todavia, não se confunde com literalismo ingênuo nem com fechamento dogmático, pois a autoridade



da Escritura exige mediações interpretativas responsáveis, precisamente por se tratar de linguagem historicamente mediada.

Por essa razão, a primazia normativa do texto precisa ser articulada com a consideração séria de sua constituição histórica e literária. Como observa Michael G. Hasel (2025, p. 108, 120), a história não é elemento periférico, mas componente indispensável da interpretação bíblica, uma vez que a Escritura se apresenta de forma historicamente mediada; ao remover-se a história, deslocam-se igualmente o significado e a identidade do texto.

Nesse quadro, o método gramático-histórico mostra-se particularmente adequado, pois parte do pressuposto de que o texto bíblico comunica um sentido objetivo, vinculado à intenção comunicativa do autor e acessível mediante investigação exegética rigorosa. Isso implica considerar, de modo integrado, o léxico, a sintaxe, o gênero, a estrutura literária e o contexto histórico, cultural e religioso da produção textual (Donkor, 2025, p. 34; Mueller, 2018, p. 157-159).

A inflexão decisiva desse método reside em sua capacidade de estabelecer limites objetivos para a interpretação, refreando tendências subjetivistas e relativistas. Nessa perspectiva, a atualidade da Escritura não é afirmada à custa de seu sentido originário, mas precisamente por meio de sua preservação, pois toda aplicação contemporânea permanece normativamente subordinada ao significado primeiro do texto (Mueller, 2018, p. 159). A tarefa hermenêutica visa, assim, preservar simultaneamente a autoridade normativa da Escritura e a complexidade histórica de sua manifestação, mantendo a *prima scriptura* como princípio regulador sem abdicar da legitimidade dos instrumentos exegéticos e racionais como meios auxiliares de acesso à intenção comunicativa da revelação (Baldwin, 2018, p. 40-42, 50; Hasel, 2025, p. 52).

O pressuposto de fundo é que a Escritura se constitui na interação singular entre o divino e o humano, entre transcendência e historicidade, de modo que essas duas dimensões não devem ser nem dissociadas nem absorvidas uma pela outra (Hasel, 2018, p. 64, 67-68; Lima, 2014, p. 18-20). A dimensão histórica impede abstrações dogmáticas desancoradas do texto, ao passo que a dimensão teológica impede que a Escritura seja dissolvida em mera produção religiosa imanente. Assim, a objetividade hermenêutica aqui delineada não consiste na ausência de pressupostos, mas na explicitação crítica deles e na submissão deliberada do intérprete à alteridade normativa do texto.



No caso do livro de Daniel, essa opção metodológica adquire implicações decisivas. Se a primazia normativa do texto deve regular a interpretação, então a leitura mais consistente será aquela que melhor corresponda à direção indicada pelo próprio livro, em sua estrutura literária, em sua lógica interna e em sua autocompreensão profética. Nessa perspectiva, a abordagem historicista não se apresenta apenas como uma entre várias possibilidades interpretativas, mas como desdobramento coerente da opção metodológica adotada, pois compreende as visões de Daniel como descrições progressivas de eventos históricos que se estendem desde os dias do profeta até o estabelecimento escatológico do Reino de Deus (Doukhan, 1987, p. 8).

Trata-se, portanto, da leitura que mais seriamente procura derivar seu impulso do próprio texto, respeitando sua sequência narrativa e simbólica e sua pretensão de representar o desenrolar da história sob a soberania divina. Isso não implica ignorar dificuldades exegéticas nem absolutizar tradições interpretativas particulares, mas reconhecer que, à luz do método gramático-histórico, o horizonte interpretativo mais coerente com a forma como Daniel se oferece à leitura é aquele que compreende suas profecias como portadoras de alcance histórico real e progressivo.

Retomando, nesse contexto, Daniel como laboratório hermenêutico e a metáfora do movimento pendular, sustenta-se que uma abordagem equilibrada não pode inclinar-se nem para a fixação dogmática, que fecha prematuramente o texto em esquemas rígidos, nem para o ceticismo crítico, que esvazia sua autoridade e sua densidade histórico-teológica. O equilíbrio aqui proposto não consiste em compromisso amorfo entre extremos, mas em uma tensão metodológica autocrítica, na qual a primazia normativa do texto regula o processo interpretativo sem excluir a mediação histórica necessária ao seu acesso. Trata-se, portanto, de uma via interpretativa mais exigente, precisamente porque recusa tanto o conforto de um dogmatismo imune à história quanto a facilidade de um criticismo que dissolve a transcendência do texto.

Por isso, a hermenêutica bíblica, tal como aqui compreendida, exige leitura atenta da obra em sua totalidade, sensível ao contexto histórico, às estruturas narrativas e simbólicas, ao gênero e à intenção comunicativa do autor. O método gramático-histórico não imuniza o intérprete contra o erro, mas oferece mecanismos de controle hermenêutico: a exegese histórica refreia a especulação dogmática, enquanto a



sensibilidade teológica impede o reducionismo racionalista.¹¹ O objetivo, portanto, não é eliminar a subjetividade do leitor, mas discipliná-la pela confrontação contínua com a alteridade do texto sagrado, de modo que a busca do sentido permaneça normativamente ancorada na Escritura, sem ser abstraída de sua concretude histórica.

Conclusão parcial

À luz do percurso desenvolvido, a história da recepção do livro de Daniel evidencia que a exegese bíblica se realiza sempre no entrecruzamento de condicionamentos históricos, pressupostos epistemológicos e compromissos teológicos. Tal constatação, longe de legitimar quer o relativismo hermenêutico quer o fechamento dogmático, impõe a necessidade de uma postura metodológica capaz de articular, de modo rigoroso, a primazia normativa do texto bíblico com a mediação histórica inevitável de sua interpretação. Nessa perspectiva, a tarefa exegética não consiste nem na absolutização do horizonte do intérprete nem na neutralização abstrata de sua historicidade, mas em sua submissão crítica à alteridade do texto.

É precisamente nesse quadro que Daniel se revela como laboratório hermenêutico privilegiado. Sua recepção torna particularmente visíveis não apenas as tensões inerentes à interpretação de seu próprio conteúdo, mas também impasses mais amplos que atravessam a história da exegese bíblica, tais como a relação entre texto e tradição, entre historicidade e normatividade, entre mediação humana e reivindicação revelacional. Mais do que divergências quanto ao modo de interpretar, está em jogo, no caso de Daniel, a própria compreensão do estatuto do livro e de sua pretensão teológica.

Por isso, a recepção de Daniel ultrapassa amplamente o interesse de um estudo de caso. Em razão de sua complexidade literária, densidade simbólica e história interpretativa plural, o livro se converte em espaço privilegiado para refletir sobre os critérios, limites e possibilidades da interpretação das Escrituras ao longo do tempo. A

¹¹ Uma objeção frequente oriunda da crítica contemporânea questiona a viabilidade de recuperar *a intentio auctoris* em literaturas de matriz apocalíptica, sob o argumento de que a alta densidade simbólica e as supostas complexidades redacionais inviabilizariam o acesso objetivo à intenção original. O método gramático-histórico, contudo, não ignora a natureza mediada e plurivalente do símbolo; pelo contrário, reconhece que o simbolismo apocalíptico não opera em um vácuo semântico, mas possui referenciais históricos e teológicos ancorados no mundo do autor. A busca pela intenção original não equivale, portanto, a um literalismo redutor, mas exige decodificar a linguagem simbólica segundo as convenções literárias de sua época, preservando a objetividade da comunicação revelacional sem suprimir sua forma estética (Paulien, 2018, p. 335).



proposta metodológica aqui delineada aponta, assim, para uma hermenêutica que, sem abdicar do rigor histórico-literário, preserve a normatividade do texto e sua densidade teológica, reconhecendo em Daniel um campo exemplar para pensar, em chave crítica e construtiva, a própria natureza da tarefa exegética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do reconhecimento de que o livro de Daniel, situado na confluência entre profecia e apocalíptica, não apenas suscita debates em torno de autoria, datação e alcance de suas visões, mas também se configura como observatório privilegiado da hermenêutica cristã. Ao reconstruir, em perspectiva diacrônica, sua história de recepção — do judaísmo tardio e do cristianismo primitivo à patrística, à Idade Média, à Reforma, à reconfiguração moderna e às leituras contemporâneas — procurou-se demonstrar que o sentido teológico de Daniel foi continuamente rearticulado em interação com contextos culturais, filosóficos, eclesiais e políticos distintos.

Mais do que um simples caso de disputa exegética, Daniel revelou-se um verdadeiro laboratório interpretativo, no qual se tornam visíveis, de modo paradigmático, as tensões entre confissão e crítica, tradição e método, leitura teológica e leitura histórico-literária. A análise confirmou, com particular nitidez, a inexistência de uma leitura neutra: em cada etapa histórica, o livro foi interpretado a partir de perguntas contextuais e de pressupostos epistemológicos que definiram ênfases, delinearam horizontes de cumprimento e moldaram expectativas escatológicas. Nesse ponto, a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer mostrou-se especialmente fecunda ao explicitar a historicidade da compreensão e ao evidenciar que todo ato interpretativo se realiza a partir de um horizonte situado, mediado por linguagem, tradição e história.

Todavia, o percurso realizado também tornou claro que o reconhecimento da historicidade da interpretação não pode, por si só, servir de fundamento suficiente para legitimar sentidos concorrentes. Foi precisamente nesse ponto que a interlocução com Grant R. Osborne se mostrou decisiva para o argumento deste estudo. Se Gadamer permite compreender com lucidez que a leitura nunca ocorre fora da história, Osborne recorda, com igual pertinência, que a tarefa hermenêutica exige critérios capazes de resguardar a normatividade do texto e disciplinar criticamente a subjetividade do intérprete. O problema central, portanto, não reside em admitir a mediação histórica da



compreensão, mas em impedir que ela se converta em autorização tácita para a dispersão semântica, para o relativismo hermenêutico ou para a dissolução do texto em seus efeitos posteriores.

Esse diagnóstico não conduz, contudo, nem ao ceticismo nem ao dogmatismo. Antes, evidencia como Daniel foi, alternadamente, fixado por apropriações confessionais e teopolíticas, ou reduzido, em certas vertentes crítico-racionalistas, a literatura simbólica de alcance estritamente contextual, com conseqüente enfraquecimento de sua pretensão teológica e de seu estatuto normativo. O itinerário interpretativo revela, assim, um movimento pendular entre dois riscos: de um lado, a fixação dogmática que encerra prematuramente o texto em esquemas rígidos; de outro, a redução metodológica que tende a neutralizar, por princípio, sua transcendência, sua densidade profética e sua capacidade de falar normativamente à comunidade de fé.

Diante desse quadro, o presente artigo propôs uma via metodológica capaz de articular três dimensões que não devem ser separadas: a primazia do texto bíblico como referência normativa, a consideração séria de suas mediações históricas e literárias e a responsabilidade teológica decorrente de seu caráter canônico. Em diálogo com Grenz e Olson, Congar, Gadamer e Osborne, sustentou-se que a recepção de Daniel não constitui mero repertório de opiniões, mas expressão de um processo no qual a fé é recebida, interpretada e reapropriada no tempo sem que, por isso, o texto perca sua alteridade normativa.

Nesse sentido, o percurso aqui reconstruído permite compreender que a história da recepção de Daniel não apenas evidencia a pluralidade de leituras, mas revela, em profundidade, uma verdadeira disputa pela normatividade do sentido — isto é, pela determinação dos critérios que legitimam a interpretação do texto ao longo da tradição. É precisamente a partir dessa disputa que se torna possível avaliar criticamente os limites e as potencialidades dos diferentes paradigmas hermenêuticos e metodológicos.

A contribuição central deste estudo consistiu, portanto, em defender que a historicidade da interpretação deve ser reconhecida sem que a normatividade do texto seja deslocada para a fluidez da tradição ou para a variabilidade do horizonte do leitor. Em outros termos, entre texto, tradição e leitor, o texto bíblico deve conservar primazia reguladora. Por essa razão, a proposta metodológica aqui delineada reafirma a pertinência do método gramático-histórico, não como ingenuidade objetivista, mas como



esforço rigoroso de submeter a interpretação à direção indicada pelo próprio texto em sua forma literária, em sua estrutura argumentativa, em seu horizonte histórico e em sua pretensão teológica.

Aplicado ao livro de Daniel, tal princípio conduz à conclusão de que a leitura mais coerente com a autocompreensão do texto é aquela que leva a sério seu alcance histórico-progressivo e sua orientação escatológica, em vez de reduzi-lo a construção simbólica restrita ao suposto contexto imediato de sua redação. Tal posicionamento exige, contudo, honestidade epistemológica. Também a defesa da primazia do texto é uma decisão teológica e metodológica situada, assumida a partir de determinados compromissos com a natureza da Escritura e com o estatuto da revelação. O intérprete não se coloca acima do movimento pendular da história hermenêutica; antes, reconhece sua própria localização e, precisamente por isso, submete-se deliberadamente à alteridade do texto. A objetividade possível em hermenêutica não consiste na ausência de pressupostos, mas em sua explicitação crítica e em sua permanente reforma sob a autoridade do texto bíblico.

À luz dessas considerações, pode-se afirmar que a força duradoura do livro de Daniel reside, em última instância, em sua teologia da história. Independentemente das divergências sobre cronologias, reinos, datações e esquemas interpretativos, o livro foi reiteradamente recebido como testemunho de que a história não é um processo fechado em si mesmo, nem um campo abandonado à arbitrariedade dos poderes humanos. Ao contrário, Daniel proclama que o curso da história permanece sob a soberania de Deus. É precisamente por isso que, em contextos tão distintos, o livro continuou a oferecer linguagem, imaginação e esperança a comunidades submetidas à pressão, à instabilidade e à ameaça.

Mesmo quando lido em chaves diversas — profética, tipológica, cristológica, teopolítica, existencial ou literária — Daniel preservou um núcleo teológico resistente: a convicção de que os impérios não têm a última palavra. Sua permanência canônica e eclesial não se explica apenas por sua riqueza simbólica, mas porque ele oferece, a gerações sucessivas, uma gramática da esperança. As mediações hermenêuticas podem se deslocar e os contextos podem mudar profundamente; ainda assim, o anúncio central do livro permanece: a história tem Senhor, o mal não é soberano e o desfecho último do mundo não pertence aos impérios da terra, mas ao Reino de Deus.



Em última instância, Daniel não é apenas arquivo de visões nem objeto de controvérsia acadêmica, mas testemunho teológico de que o caos não governa o real. Seus impérios passam, seus poderes se exaltam por um tempo e depois se dissipam; porém, o Deus de Daniel permanece. Ele revela, julga, conduz e reina. Por isso, a esperança que emerge do livro não é ingênua nem evasiva, mas teológica: nasce da certeza de que o Senhor da revelação é também o Senhor da história. É justamente aí que reside a atualidade permanente de Daniel. O livro não apenas fala sobre o futuro, mas ensina o povo de Deus a habitar o presente com fidelidade, discernimento e coragem. Ao final, permanece a substância da promessa: o Deus que revela é o Deus que reina, sustenta os seus santos em meio à tribulação e conduz a história ao seu termo último. Por isso, Daniel permanece como livro de esperança, fundada na soberania divina e na certeza de que o Reino que vem jamais será destruído.

REFERÊNCIAS

- BALDWIN, J. T. Fé, razão e o Espírito Santo na hermenêutica. *In*: REID, G. W. (org.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2018. p. 39-53.
- BALDWIN, J. G. **Daniel**: introdução e comentário. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2017.
- BENNETT, D. A pedra-reino de Daniel 2. *In*: HOLBROOK, F. B. (ed.). **Estudos sobre Daniel**: origem, unidade e relevância profética. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2009. p. 271-309. (Série Santuário e Profecias Apocalípticas, v. 2).
- BLANCO, J. J. Deceptive views on the second coming. **Journal of the Adventist Theological Society**, v. 5, n. 2, p. 122-123, 1994.
- BRIGHENTI, A. O processo de recepção de um Concílio na Igreja: conceituação teológica e operacional. **Revista encontros teológicos**, v. 17, n. 2, 2019.
- BROWN, Colin (org.). **Dicionário de ética cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- COLLINS, J. J.; COLLINS, A. Y. Daniel: a commentary on the book of Daniel. *In*: CROSS, F. M. (ed.). **Hermeneia**: a critical and historical commentary on the Bible. Minneapolis, MN: Fortress Press, 1993.
- CONGAR, Y. A recepção como realidade eclesiológica. **Concilium**, n. 77, p. 886-907, 1972.



DAVIDSON, R. M. Interpretação bíblica. *In*: DEDEREN, R. (org.). **Tratado de Teologia: adventista do sétimo dia**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 67-119.

DONKOR, K. Pressuposições na hermenêutica. *In*: HASEL, F. M. (org.). **Hermenêutica bíblica: como interpretar as Escrituras e avaliar tendências**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2025. p. 19-40.

DOUKHAN, J. B. **Daniel: the vision of the end**. Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1987.

DUPRÉ, L. **Passage to modernity: an essay in the hermeneutics of nature and culture**. New Haven: Yale University Press, 1993.

FROOM, L. E. **The prophetic faith of our fathers: the historical development of prophetic interpretation**. Washington, D.C.: Review and Herald Publishing Association, 1948. v. 2.

GADAMER, H. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2002.

GOLDINGAY, J. E. **Daniel**. Dallas: Word Incorporated, 1989. (Word Biblical Commentary, v. 30).

GRENZ, S. J.; OLSON, R. E. **Teologia do século 20**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

HARTMAN, L. F.; DI LELLA, A. A. **The Book of Daniel: a new translation with notes and commentary on chapters 1-9**. New Haven; London: Yale University Press, 2008. (Anchor Yale Bible, v. 23).

HASEL, F. M. Elementos da hermenêutica bíblica em harmonia com as autorreivindicações das Escrituras. *In*: HASEL, F. M. (org.). **Hermenêutica bíblica: como interpretar as Escrituras e avaliar tendências**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2025. p. 41-68.

HASEL, F. M. Pressuposições na interpretação das Escrituras. *In*: REID, G. W. (org.). **Compreendendo as Escrituras: uma abordagem adventista**. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2018. p. 54-80.

HASEL, M. G. História, Bíblia e hermenêutica. *In*: HASEL, F. M. (org.). **Hermenêutica bíblica: como interpretar as Escrituras e avaliar tendências**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2025. p. 107-129.

HOUSE, P. R. **Daniel: an introduction and commentary**. London: Inter-Varsity Press, 2018. (Tyndale Old Testament Commentaries, v. 23).

JOHNSON, W. G. Apocalíptica bíblica. *In*: DEDEREN, R. (ed.). **Tratado de teologia adventista do sétimo dia**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 870-903.



LEAL, J. M. **Texto, pré-texto e pós-texto**: Gênesis 9:20-27 e Juízes 11:29-40 à luz da hermenêutica gadameriana. Cachoeira, BA: ESALT, 2017.

LEAL, J. M. Uma breve avaliação adventista sobre a hermenêutica gadameriana. *In*: AGUIAR, A. T.; LEAL, J. M.; VIRMES JUNIOR, C. (org.). **Hermenêutica adventista**. Cachoeira: CePLiB, 2013. p. 101-113.

LIMA, M. L. C. **Exegese bíblica**: teoria e prática. São Paulo: Paulinas, 2014.

LUZ, U. **Matthew in history**: interpretation, influence, and effects. Minneapolis: Fortress Press, 1994.

MILLER, S. R. **Daniel**. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 1994. (The New American Commentary, v. 18).

MONTGOMERY, J. A. **A critical and exegetical commentary on the book of Daniel**. New York: Charles Scribner's Sons, 1927.

MUELLER, E. Diretrizes para a interpretação das Escrituras. *In*: REID, G. W. (org.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2018. p. 157-187.

NEWTON, I. **As profecias de Daniel e o Apocalipse**. São Paulo: Édipo, 1950.

OSBORNE, G. R. **A espiral hermenêutica**: uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2009.

PAULIEN, J. The end of historicism? reflections on the Adventist approach to Biblical Apocalyptic — Part One. **Journal of the Adventist Theological Society**, v. 14, n. 2, p. 15-43, 2003.

PAULIEN, J. A hermenêutica da apocalíptica bíblica. *In*: REID, G. W. (org.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. 2. ed. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2018. p. 323-352.

REEVES, M. **The influence of prophecy in the later Middle Ages**: a study in joachimism. Oxford: Clarendon Press, 1969.

RUPPENTHAL NETO, W. Demitologizando o demitologizador: em busca da teologia de Rudolf Bultmann. **Ensaios teológicos**, v. 1, n. 1, p. 112-129, 2015.

SCHWARZ, R. W.; GREENLEAF, F. **Portadores de luz**: história da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2016.

VAN BEMMELEN, P. M. **A autoridade das Escrituras**. *In*: REID, G. W. (org.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. 2. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2018. p. 115-132.



VILANOVA, J. D. **Daniel 11**: uma análise das interpretações correntes. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) — Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação em Teologia, São Leopoldo, 2016.

Submetido em: 11/03/2026

Aprovado em: 13/04/2026

DOI: <https://doi.org/10.19141/1809-2454.kerygma.v21.n1.pe2111>